



Administrative precedents: a path to legal certainty in the relationship between the Public Administration and citizens

 [rdai.com.br /index.php/rdai/article/view/368](https://rdai.com.br/index.php/rdai/article/view/368)

authors

- Carlos Henrique Benedito Nitão Loureiro <https://orcid.org/0000-0002-7095-4964> 
- Vladimir da Rocha France <https://orcid.org/0000-0001-9977-3617> 

TWO:

<https://doi.org/10.48143/rdai.17.vrf>

Key words:

Public Administration, Legal Security, Legitimate Trust, Administrative Precedent

Summary

Legal security is an essential value to the Democratic Rule of Law, presenting itself as a relevant principle for the limitation of powers in the execution of state functions. It can be understood from a dual perspective, from an objective perspective, that is, it concerns the establishment of limits to the retroactive effects of state decisions, whether in the administrative or judicial sphere, under a subjective perspective, that is, linked to the protection of the perfect legal act, acquired right and *res judicata*. Still, in a subjective conception, it can be understood as to the protection of trust, that is, with regard to the stabilization of the decision-making process when interpreting and applying norms in the exercise of administrative activity. In this case, Indeterminate legal concepts and administrative discretion are highlighted, as techniques for solving the question posed in the specific case, which must observe the duty of coherence when making decisions. Thus, administrative precedents are evidenced as an instrument for the amplification of legal security in the relations between the Public Administration and citizens. This study, through research and literature review, using the hypothetical-deductive method, aimed to analyze the principle of legitimate trust, revealing its effects on administrative activity. In this way, it was found the feasibility of stabilizing the decision pattern, with regard to the interpretive activity on rules of indeterminate content,

Author's biography

Carlos Henrique Benedito Nitão Loureiro

Master's student in Constitution and Guarantee of Rights at the Federal University of Rio Grande do Norte. Specialist in Administrative Law from Estácio de Sá University - RJ. Federal Attorney.

Vladimir da Rocha France

Doctor in Administrative Law from the Pontifical Catholic University of São Paulo. Master in Public Law from the Federal University of Pernambuco. Associate Professor at the Department of Public Law at the Federal University of Rio Grande do Norte. Attorney.

References

BACELLAR FILHO, Romeu Felipe. A estabilidade do ato administrativo criador de direitos à luz dos princípios da moralidade, da segurança e da boa-fé. *Revista de Direito Administrativo e Constitucional*, Belo Horizonte, n. 40, ano 10, p. 291-313, abr.-jun. 2010.

BARROS, Marco Antonio Loschiavo Leme de. Processo, precedentes e as novas formas de justificação da Administração Pública Brasileira. *Revista Digital de Direito Administrativo*, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 133-139, 2016.

BENACCHIO, Marcelo; BENACCHIO, Marcos. O equilíbrio entre o avanço na interpretação e aplicação das normas de conteúdo indeterminado e a segurança jurídica. In: CUNHA FILHO, Alexandre Jorge Carneiro da; ISSA, Rafael Hamze; SCHWIND, Rafael Wallbach (Coords.). *Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro -Anotada*. São Paulo: Quartier Latin, 2019. v. II. CARVALHO, Gustavo Marinho de. *Precedentes administrativos no direito brasileiro*. São Paulo: Contracorrente, 2015.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de direito administrativo*. 32. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 33. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Discricionariedade administrativa na Constituição de 1988*. São Paulo: Atlas, 1991.

ENTERRÍA, Eduardo Gustavo de; FERNANDEZ, Tomás-Ramón. *Curso de Direito Administrativo*. Rev. Carlos Ari Sundfeld. Trad. José Alberto Froes Cal. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

FRANÇA, Vladimir da Rocha. *Estrutura e motivação do ato administrativo*. São Paulo: Malheiros, 2007.

FRANÇA, Vladimir da Rocha. Vinculação e Discricionariedade nos Atos Administrativos. *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, 222: 97-116, out.-dez. 2000.

FURTADO, Lucas Rocha. *Princípios gerais de direito administrativo*. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

GUARIDO, Fernanda Alves Andrade Guarido; FREITAS, Daniel Castanha. Vinculação da Administração Pública às "Orientações Gerais da Época": os precedentes administrativos do art. 24 da LINDB para além da segurança jurídica e os obstáculos à boa governança. In: VALIATI, Thiago Priess; HUNGARO, Luis Alberto; CASTELLA, Gabriel Morettini (Coords.). A Lei de Introdução e o Direito administrativo brasileiro. Rio de Janeiro: LumenJuris, 2019.

HUCHEM, Daniel Wunder. Vinculação da Administração Pública aos precedentes administrativos e judiciais: mecanismos de tutela igualitária dos direitos sociais. Revista de Direito Administrativo e Constitucional, Belo Horizonte, n. 59, ano 15, p. 63-91, jan.-mar. 2015.

MAFFINI, Rafael. Princípio da Proteção da Confiança Legítima. Enciclopédia jurídica da PUCSP. Tomo II. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017.

MARQUES NETO, Floriano de Azevedo; FREITAS, Rafael Vêras de. Comentários à Lei nº 13.655/2018 (Lei da Segurança para a Inovação Pública). Belo Horizonte: Fórum, 2019.

MARTÍNEZ, Augusto Durán. El precedente administrativo. Revista de Derecho Administrativo de la Universidad Católica de Uruguay, 2010.

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Curso de direito administrativo. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Precedentes Administrativos no Brasil. Revista da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 135-154, jan.-abr. 2019.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Precedentes no direito administrativo. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

RADBRUCH, Gustav. O Espírito do direito inglês e jurisprudência anglo-americana. Rio de Janeiro: Livraria do Advogado, 2010.

SAID, José Luis. Seguridad jurídica, derechos e necesidades. Revista de Direito Administrativo & Constitucional, Belo Horizonte, n. 34, ano 8, p. 11-32, out.-dez. 2008.

SASTRE, Silvia Díez. El Precedente Administrativo: fundamentos y eficacia vinculante. Madrid: Marcial Pons Ediciones jurídicas y Sociales, S.A, 2008.

SILVA, Almiro do Couto e. O Princípio da Segurança jurídica (Proteção à Confiança) no Direito Público Brasileiro e o Direito da Administração Pública de Anular seus Próprios Atos Administrativos: o Prazo Decadencial do art. 54 da Lei do Processo Administrativo da União (Lei n. 9. 784/99). Revista de Direito Administrativo, n. 237, jul.-set. 2004.

SIMONETTI, José Augusto. O princípio da proteção da confiança no direito administrativo brasileiro: Estabilidade de atos e limitação da discricionariedade administrativa. Rio de Janeiro: Lumenjuris, 2017.

SUNDFELD, Carlos Ari; SOUZA, Rodrigo Pagani de; JURKSAITIS, Guilherme Jardim. Interpretações administrativas aderem à lei? Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, v. 60, p. 97-132, mai.-ago. 2012. TAVARES, André Ramos. Curso de direito constitucional. 1 O. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

VALIM, Rafael; CARVALHO, Gustavo Marinho de. Os Precedentes Administrativos na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. In: VALIATI, Thiago Priess; HUNGARO, Luis Alberto; CASTELLA, Gabriel Morettini e (Coords.). A Lei de introdução e o direito administrativo brasileiro. Rio de Janeiro: Lumen juris. 2019.

Legislação e Jurisprudência

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República do Brasil de 1988. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm]. Acesso em: 08.11.2020.

BRASIL. Lei nº 13.655, de 25 de abril de 2018. Inclui no Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro), disposições sobre segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do direito público. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13655.htm]. Acesso em: 08.11.2020.

BRASIL. Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19784.htm]. Acesso em: 08.11.2020.

BRASIL. Decreto-lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942. Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del4657.htm]. Acesso em: 08.11.2020.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ARE 823985 AgR, Rel. Roberto Barroso, Primeira Turma. Julgado em 23/03/2018, DJe-070. 12.04.2018.

2021-07-01

Como Citar

BENEDITO NITÃO LOUREIRO, C. H. .; ROCHA FRANÇA, V. da. Precedentes administrativos: um caminho para segurança jurídica nas relações entre a Administração Pública e os cidadãos: Administrative precedents: a path to legal security in the relationship between public administration and citizens. **Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura - RDAI**, Thomson Reuters - RT, São Paulo, v. 5, n. 17, p. 23–41, 2021. DOI: 10.48143/rdai.17.vrf. Disponível em: <https://rdai.com.br/index.php/rdai/article/view/368>. Acesso em: 12 ago. 2021.


Edição

v. 5 n. 17 (2021)

Seção

Administrative Law: Principles of Administrative Law

License

 Creative Commons License

This work is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License .

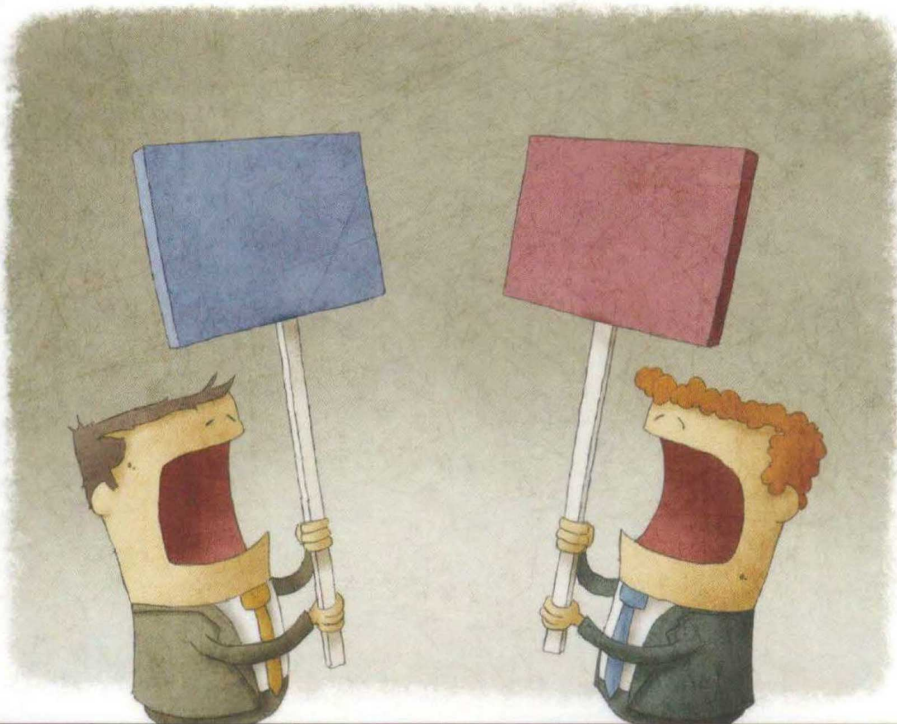
This journal is licensed by

(CC BY-NC-ND)

Submission and publication of articles is free; peer-reviewed; the journal uses CrossCheck (anti-plagiarism); and complies with the *COPE* Editors Guide ; *Committee on Publication Ethics* , in addition to the Elsevier and SciELO recommendations. Check the RDAI Submission and Evaluation Rules .

NESTA EDIÇÃO:

ÉTICA DA DISCUSSÃO E PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: O ADMINISTRADOR PÚBLICO MENTIROSO E A IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA



REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO, INFRAESTRUTURA,
REGULAÇÃO E COMPLIANCE

• **RDAl** 17

ANO 5 • n. 17 • abr.-jun. • 2021

*Journal of Administrative Law, Infrastructure,
Regulation and Compliance*

N. 5 • ISSUE 17 • April – June • 2021

COORDENAÇÃO

**AUGUSTO NEVES DAL POZZO E
RICARDO MARCONDES MARTINS**

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**